



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638509 - GO (2021/0001022-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : GUSTAVO MACHADO SOARES
ADVOGADO : GUSTAVO MACHADO SOARES - GO027893
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : HYLO MARQUES PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HYLO MARQUES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5663114.49).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão no regime semiaberto pela prática do crime de extorsão.

Alega o impetrante que o paciente teve decretada contra ele prisão preventiva, tão-somente porque não foi encontrado para ser intimado para a audiência admonitória. Sustenta que o ora paciente não se furtou à aplicação da lei, e que deixou justificadamente de comparecer à apenas uma audiência. Explica que compareceu em juízo para atualizar seu endereço, o que tornaria a prisão preventiva desnecessária.

Defende que a ordem para segregar o paciente é desproporcional, na medida em que o regime fixado para o início do cumprimento da pena é o semiaberto. Invoca a Recomendação n. 62-2020-CNJ, argumentando que o paciente é idoso e faria jus à prisão domiciliar.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma

do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente